



Joana da Silva Barros, Arquiteta e Urbanista

Doutora pela Universidade de São Paulo (USP)

2ª colocada no Concurso Público nº 248-9/2017 da Unifesp.

TEMA: **Democracia e Direito à Cidade.**

Resultado homologado no dia 10/11/2017.

Pode se apresentar brevemente, contando sua trajetória acadêmica e profissional?

Minha trajetória acadêmica e profissional está marcada por uma *travessia* constante entre o mundo universitário-acadêmico e da prática profissional, uma opção por articular as dimensões críticas do pensamento com a ação no mundo.

Assim, me tornei arquiteta e urbanista, cursando a FAU-USP e trabalhando, desde cedo, junto a movimentos de moradia, ao mesmo tempo em que fazia pesquisa e militava no movimento estudantil em defesa da universidade pública. No mestrado, discuti os programas de atendimento à população de rua em São Paulo; e no doutorado, a experiência de participação popular na gestão pública da cidade de Belém do Pará. Ambos foram defendidos na FFLCH-USP.

Integrei e me formei nas assessorias técnicas USINA e Peabiru, nas quais assessoriei movimentos sociais urbanos e no campo, acompanhei obras em mutirão, trabalhei na elaboração de planos urbanísticos, fiz reurbanização de favelas, trabalhei na construção de políticas públicas e desenvolvi pesquisa. Integrei a equipe de assessoria nacional da FASE, e meu trabalho ali envolveu o acompanhamento de ações junto movimentos, a coordenação de projetos nacionais e regionais, a interlocução com as agências de cooperação internacional e a elaboração de material de formação.

Como docente, trabalhei no ensino superior privado em cursos de graduação e de pós-graduação *lato senso* e, mais recentemente, em cursos de graduação à distância, somado a preparação de material didático. A construção de instrumentos de educação popular nas assessorias e, ao mesmo tempo, minha inserção na educação formal consolidam uma opção pela prática educativa em suas múltiplas dimensões.

Nos últimos dois anos, desenvolvo no IAU-USP, em São Carlos, pesquisa de pós-doutoramento na qual retomo a questão da subjetivação política e seus desdobramentos e articulações com o campo de conflitos da gestão pública, políticas e programas sociais e de participação política. Hoje integro o grupo de pesquisa Distúrbio - Dispositivos, Tramas Urbanas, Ordens e Resistências, e o Laboratório Misto Internacional (LMI) – SAGEMM.

Como você se interessou em ser professor no Campus Zona Leste da Unifesp e o que vê de potencial no Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades?

O Instituto das Cidades tem uma proposta de inserção nos debates e na produção das cidades no qual reconheço muito de minha própria trajetória profissional-intelectual-militante. E por isto, me senti impelida a fazer o concurso e agora, profundamente estimulada a participar de sua implementação. É uma proposta vigorosa de construção e defesa da Universidade, de seu caráter público e popular, aberta aos debates candentes sobre as cidades e seus sujeitos, comprometida com a produção de conhecimento em diálogo com os sujeitos políticos coletivos e que busca pensar a educação e o conhecimento como algo vivo e em diálogo constante, na melhor tradição de Paulo Freire. As muitas possibilidades pedagógicas já desenhadas, o formato inter e multidisciplinar da formação, a integração de formas diferentes de se aproximar das dinâmicas urbanas, tudo isto fazem de seu Projeto Político Pedagógico um instrumento desafiador e estimulante.

Em linhas gerais, qual a proposta de ensino, pesquisa e extensão que você apresentou no concurso? No que ela poderá colaborar com o Instituto e com a Zona Leste?

A proposta que apresentei parte de um percurso investigativo sobre os temas do desenvolvimento, cidades e seus sujeitos. Propus um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão voltados à consideração das transformações territoriais e os impactos sobre a vida política e associativa nas cidades brasileiras decorrentes dos chamados *grandes projetos de desenvolvimento econômico*. Os conflitos em torno deles têm nos desafiado a interrogar os vínculos entre cidades, sujeitos e narrativas que emergem neste cenário de transformação urbana e suas formas de regulação, na sociabilidade política constituída, suas formas de legibilidade e expressão política. Assim, indago os sentidos do desenvolvimento implicados nos grandes projetos

urbanos, buscando compreender as relações entre a política de desenvolvimento, a política urbana e os programas sociais em vigor.

O impacto territorial da matriz produtiva extrativista articula diversas escalas e produz consequências, tanto produtivas quanto de adaptações do espaço urbano, nas quais fundos públicos e políticas sociais jogam papel central.

Por outro lado, as contestações vividas no último período trazem à tona e elaboram uma experiência nas margens das cidades a partir de uma vivência de segregação e conflito. As novas formas de expressão política, a montagem dos coletivos políticos e suas intervenções urbanas parecem flagrar este mal-estar nas periferias das cidades, a experiência de trânsito entre as políticas de emprego, de educação, de cultura, sob o signo de intensa labilidade.

O programa de trabalho proposto entrecruza as dimensões de pesquisa acadêmica com as de extensão, ancorado em procedimentos e metodologias de campo coletivas e em diálogo com os movimentos e coletivos que vivem e atuam nestes territórios.

Temos agora um enorme desafio de continuar a implantação desse Campus num contexto adverso à expansão da universidade pública. Como vê essa situação e como podemos fazer frente à ela?

O contexto de implementação do Campus Zona Leste não é nada fácil, além da retirada de direitos sociais, do desmonte das instituições e políticas públicas, estamos mergulhados em uma vida política mais e mais autoritária, que descredencia diariamente as formas de participação democráticas e populares. Um elemento aprofunda os desafios de nossa construção: a perda de legitimidade da Universidade pública e do trabalho crítico e engajado do pensamento. Construir e implementar um novo campus em uma área da cidade tradicionalmente alijada do acesso a educação pública (em todos os níveis, especialmente do ensino superior) e, sobretudo, construir um Instituto aberto e em parceria com a sociedade é um manifesto e uma prática de defesa da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade. Teremos – coletivamente – não só o desafio de construir as estruturas físicas e institucionais do campus Zona Leste mas, sobretudo, de defender em nossa prática cotidiana o sentido público, crítico e popular da Universidade.